

# **MOBILIDADE DO TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE OS MOVIMENTOS PENDULARES PRATICADOS POR PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR EM QUIXADÁ**

Keila Andrade Haiashida – FECLESC/UECE

## **Introdução**

O artigo pretende fazer uma síntese da discussão sobre mobilidade do trabalho na perspectiva marxiana, apoiando-se em diversos teóricos da área. A temática escolhida está associada a mobilidade do trabalho realizada pelos professores das Instituições de Ensino Superior situadas do sertão central cearense.

Assim, pretendemos descrever e caracterizar esses grupos que praticam uma mobilidade do trabalho, por vezes impulsionada pela busca de maior desenvolvimento educacional ou oportunidades de trabalho.

Os dados apresentados são conseqüentes de nossa experiência como professora da Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI) em 2009 e da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC) desde 2010, são informações coletadas em pesquisa exploratória por meio de entrevistas nas quais buscamos uma aproximação com o objeto de estudo. A população foi composta por professores da FECLESC e alunos do curso de Pedagogia da mesma instituição.

## **O trabalho: uma premissa fundamental**

Diferentes sociedades e contextos históricos perceberam o trabalho de maneiras particulares. Nesse estudo apresentamos o trabalho na perspectiva marxiana. Para Marx “[...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza.” (2011, p.211). Assim, o trabalho pertence exclusivamente ao homem ou se diferenciaria da atividade animal por sua intencionalidade.

Marx pressupõe o trabalho sob a forma exclusivamente humana, isso porque a idealização precede a ação. Piaget (1998) afirma que toda ação começa como um ato mental. “O que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade” (MARX, 2011, p. 211 e 212).

O processo de trabalho objetiva criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas. O trabalho figura como um determinante social. “O trabalho se constitui como a objetivação primária e ineliminável do ser social na qual surgem – por mediações que se tornam cada vez mais complexas – as necessidades e as possibilidades de novas objetivações” (MARONEZE e NOMA, 2011, p. 03).

Segundo Neto e Braz o trabalho é constitutivo do ser social, todavia, deixa claro que “[...] o ser social não se reduz ou se esgota no trabalho” (2007, p. 43). O trabalho permite produzir meios de vida, nos quais o homem estabelece suas objetivações e é transformado pelas mesmas numa relação dialética social e historicamente determinada. Nesta perspectiva, “[...] o trabalho é uma atividade central na história humana, em seu processo de sociabilidade e mesmo para sua emancipação” (MARX, 2004, p. 09).

Ao abordarmos o trabalho o fazemos no contexto de uma sociedade capitalista, caracterizada por uma contradição fundamental, qual seja baseada em uma produção socialista e em uma apropriação privada. Essa contradição conduz ao controle dos trabalhadores e das condições de produção, neutralizando as reflexões sociopolíticas e perpetuando a reprodução do capital.

Durante o processo histórico de evolução capitalista, novos elementos foram incorporados ao universo do trabalho. A introdução da maquinaria e de outras manifestações tecnológicas, por exemplo, reduziram o trabalho vivo, subsumindo-o à aplicação do trabalho morto, isso, contudo, não reduziu a jornada de trabalho, ao contrário, impôs novas exigências ao trabalhador. “É duvidoso que as invenções mecânicas feitas até agora tenham aliviado a labuta diária de algum ser humano (MILL apud MARX, 2011, p. 427).

### **Movimentos pendulares uma manifestação particular da mobilidade do trabalho**

As relações entre trabalho podem ser consideradas, uma das primeiras causas da mobilidade populacional. Um dos teóricos que primeiro enunciou essa hipótese foi Gaudemar em sua obra “Mobilidade do Trabalho e acumulação do capital”.

A mobilidade do trabalho é compreendida como um fenômeno que promove o deslocamento espacial, setorial e profissional do trabalhador, com o objetivo do capital explorar sua força de trabalho e acumular excedente econômico. Ao contrário de ser um sinônimo de liberdade, como querem os economistas políticos clássicos e neoclássicos, a mobilidade do trabalho significa, no contexto do sistema de produção capitalista, controle social, submissão e escravidão (GOMES, 2009, p. 41).

Os movimentos pendulares estão, assim, relacionados obviamente a um processo mais amplo de ocupação, estruturação e expansão das cidades, nas quais problemáticas relacionadas à moradia e ao emprego surgem como importantes dimensões de análise para o entendimento do papel e implicações desses deslocamentos diários no processo de configuração e estruturação da área urbana, resultando em dinamismos diferenciados.

Os movimentos pendulares, caracterizados como um tipo de mobilidade intra-urbana e intensos em áreas de maior concentração populacional, tornam-se assim, uma dimensão importante a ser considerada na dinâmica urbana regional, como também para a decisão de migrar (Baeninger, 2000).

O processo de mobilidade interna no Brasil reflete a dinâmica econômica do país. Os ciclos econômicos e a carência de trabalho propiciaram fluxos migratórios estruturando espaços de atração e repulsão. Devemos considerar a importância desses movimentos internos que, além do processo de redistribuição da força de trabalho, exercem papel na integração social, cultural e econômica.

A mobilidade pendular diferencia-se da migração temporária, pois segundo Maximilien Sorre (1984, p.124) a migração é a “idéia de movimento, de mudança de lugar e de moradia”. Já na mobilidade pendular não há fixação de moradia. A mobilidade no Brasil tem sido determinada principalmente pela economia, sendo esta responsável pela configuração territorial. As mobilidades internas representam à busca de melhores condições econômicas em áreas que apresentam uma melhor dinâmica nos moldes do capitalismo (áreas de atração populacional).

### **Os movimentos pendulares praticados pelos professores do ensino superior**

Abordar a cidade de Quixadá a partir de alguns aspectos fundamentais como: o crescimento econômico; Quixadá como uma cidade pólo no Sertão Central; a transformação de Quixadá em uma cidade universitária; o desenvolvimento social a

partir dos investimentos educacionais; a população e sua mobilidade são opções de pesquisa.

Creemos, contudo, que no debate sobre mobilidade destaca-se na importância de caracterização dessa população flutuante composta por professores e alunos das diversas IES de Quixadá e na descrição de uma mobilidade pendular praticada nesse município.

Há um certo consenso, atualmente, entre os estudiosos de população, sobre o fato de que os deslocamentos pendulares não devem ser considerados “migração”, pois os dois fenômenos possuem conceitos distintos. A migração envolve a mudança de residência e os movimentos pendulares têm como principal característica os deslocamentos entre diferentes municípios de residência e de trabalho (algumas definições também incluem município de estudo). A Fundação IBGE, por ocasião da divulgação dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000, denominou como “deslocamento” o fenômeno que envolve as pessoas que trabalham ou estudam fora do município de residência (ANTICO, 2004, p.02).

Os dados do Censo Demográfico 2001 revelaram que, no Brasil, 7,4 milhões de pessoas trabalhavam ou estudavam em municípios diferentes daqueles onde residiam.

Segundo Antico:

Quantificar e qualificar esses movimentos populacionais explicitam grande parte das tendências de distribuição da atividade econômica e da localização da moradia no território dessa área metropolitana, possibilitando traçar suas relações com o processo de desenvolvimento metropolitano, que reproduz e se expande através de desigualdades sociais (2004, p.02).

Nas cidades, essa mobilidade pendular parece relacionar-se a aspectos ligados à espacialização das atividades econômicas e da moradia, gerando a frequência de pessoas em locais distintos, permeados pelo acesso diferenciado à terra e pela divisão regional do trabalho. “A cada nova ordem mundial correspondeu nova ordem econômica com a emergência de novos fluxos demográficos” (BECKER, 1997, p. 319). Em nosso estudo, todavia, deveremos nos focar na mobilidade do trabalho que parece motivar a mobilidade pendular vivenciada no município de Quixadá.

Nosso interesse maior é analisar o movimento de interiorização do Ensino Superior no Brasil, que atingiu proporção nacional, a partir da década de 1990, O fenômeno coincidiu com a expansão do setor particular e atingiu a Rede Federal, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Ministério da Educação.

Os números comprovam. Em 2000, havia 745 instituições de ensino superior no interior do país, contra 435 nas capitais. Atualmente, a diferença aumentou: são 769 instituições localizadas em grandes centros urbanos e 1.396 em regiões mais distantes, segundo dados do Censo da Educação Superior 2005, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Quando o assunto é a quantidade de alunos matriculados, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também registra um aumento em todo o país. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2006) - levantamento conduzido pelo IBGE - de 2005 para 2006 o número de estudantes no ensino superior cresceu 13,2%. Ainda assim, mesmo com o aumento, o índice de brasileiros com nível superior é baixo - apenas 10,7% da população (DUARTE, 2011, s/d).

Embora possamos analisar que o número de egressos ainda é pequeno, somos levados a reconhecer que a quantidade de IES aumentou. No período de 1999 a 2006, houve uma elevação de 103,1% no número de instituições (entre públicas e particulares) existentes no país. O dado faz parte da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) 2006 - estudo realizado pelo IBGE que traça o perfil da cultura brasileira e comprova a expansão do ensino superior fora das capitais do país. As informações colhidas nas 5.564 prefeituras de todo o Brasil, demonstram que existe mais instituições de ensino em cidades que possuem entre 20 mil a 50 mil habitantes (ao todo 639) do que nas grandes metrópoles. A diferença é grande se comparada ao número de universidades situadas em municípios com mais de 500 mil habitantes - apenas 36 em todo o Brasil (BRASIL, 2006).

Ao observarmos o fenômeno de expansão do Ensino Superior percebemos que a região Nordeste tem apresentado o maior aumento na quantidade de instituições credenciadas. De acordo com dados do INEP, no ano de 2000 existiam 157 unidades espalhadas pelos estados nordestinos, com maior concentração na Bahia (31%). Já em 2005 esse número aumentou - passou a 231 novas instituições, sendo que 202 delas estão localizadas nas capitais.

Tínhamos em 2005 um quantitativo de 29 Instituições localizadas no interior nordestino. O aumento significativo dessas instituições em cidades interioranas marca um processo importante de expansão do ensino superior. Essa expansão tem sido caracterizada pela oferta de novos cursos, maior número de vagas oferecidas em instituições particulares (muitas vezes a preços mais acessíveis) ou públicas e centros tecnológicos que começam a fazer parte da realidade do nordestino, como é o caso dos moradores de Quixadá e das cidades próximas.

Para Danilo Iglioni, professor de economia da USP, a chegada de uma universidade, faculdade de ou centro tecnológico é sempre importante para a região. "Os benefícios podem vir a curto prazo, que são os estímulos para os setores da alimentação e comércio; e a longo prazo, que pode ser caracterizado pela qualificação da mão-de-obra local e o desenvolvimento da capacidade de empreendedorismo dos moradores da região". O economista acredita que o aumento das instituições de ensino é uma situação real e que deve crescer nos próximos anos, principalmente no setor privado. "Nos Estados Unidos, por exemplo, a força da universidade fora das capitais é muito grande. Em muitos casos, ela passa a ser a principal atividade da cidade (DUARTE, 2011, s/p).

Os dados apresentados indicam que as políticas públicas voltadas para o ensino superior avançam no sentido de expansão e esse fenômeno altera o espaço e a identidade cultural do grupo nativo.

Temos nas políticas públicas para o ensino superior uma alternância entre propostas de expansão e contenção. No Brasil colônia tivemos a proibição da criação de universidades, pois Portugal temia que os estudos universitários operassem como coadjuvantes de movimentos independentistas. As transformações do ensino superior nas primeiras décadas da República já foram marcadas pela facilitação do acesso ao ensino superior. No início do século XX novo movimento de contenção instituiu os exames de admissão e em 1925 a fixação do número de vagas pelas instituições. No início do século XXI novo movimento de expansão com a ampliação da rede privada (CUNHA, 2010).

A experiência como docente da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC) permitiu-me observar essa mobilidade praticada por professores e alunos advindos de diversos lugares. Creemos que conhecer suas motivações, caracterizá-los, explicitar as peculiaridades do fenômeno será relevante para pesquisa.

Na mobilidade pendular praticada em Quixadá vê-se uma particularidade, é comum professores residirem em Fortaleza possuem residência na capital, mas também possuem residência em Quixadá, imóveis na maioria das vezes alugados e transformados em um segundo lar por aqueles que estudam ou trabalham na cidade.

O que impulsiona esses alunos e professores em direção à Quixadá é a melhoria de sua formação, o que em tese possibilita uma inserção mais assertiva no mercado de trabalho e a oportunidade de emprego, no caso dos professores. Poderíamos falar em

dois tipos de mobilidade: a mobilidade do trabalho praticada pelos professores e uma mobilidade do estudo perpetrada pelos alunos.

Segundo dados do IBGE a economia quixadaense é baseada na agropecuária, na indústria e principalmente no setor de serviços. Obviamente esses segmentos também atraem pessoas para Quixadá, entretanto, não se vê entre esses trabalhadores a mobilidade do tipo pendular como se percebe entre professores e alunos de IES.

No caso dos trabalhadores do setor de serviços, por exemplo, é mais comum a migração temporária ou a migração do que esse movimento de ir e vir característico da mobilidade pendular.

O processo de desenvolvimento das sociedades capitalistas se mostra desigual em seus pressupostos e nas suas conseqüências. E, quanto à mobilidade do trabalho, esta guardaria uma estreita vinculação com esse processo, embora não de modo fatalista e exclusivo, mas considerando também o interesse, a capacidade de luta e a organização da classe trabalhadora. (ARAÚJO e SILVA, 2005, p. 38)

Assim, a chegada das IES em Quixadá gera circulação de capital, pois representam não apenas o investimento institucional, isto é, a Federação, o Estado ou a iniciativa privada investindo no município, mas essas instituições atraem migrantes e uma população flutuante que aquecem a economia e mudam o cenário social, cultural e político da região.

Por fim, destacamos os aspectos chaves de nosso estudo que se articulam com a disciplina ministrada pela professora Ama Maria Matos: migração, fixação e mobilidade, mobilidade populacional, mobilidade do trabalho, mobilidade pendular, população flutuante, práticas espaciais e sociais, integração e marginalização espacial, dentre outros.

Nosso intuito inicial era a realização de uma pesquisa exploratória para caracterização dessa população flutuante, todavia, a produção do trabalho coincidiu com o período de férias das Instituições de Ensino Superior situadas em Quixadá o que inviabilizou a proposta. Dessa forma, nos limitamos a uma revisão da literatura e exposição de alguns dados preliminares baseados na experiência da pesquisadora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista do estudo bibliográfico sobre os movimentos pendulares, em linhas gerais, percebemos que os autores destacam a relevância da articulação entre mobilidade e trabalho e partir de enfoques neoclássicos e marxistas. Optamos nesse estudo por uma abordagem marxiana.

Inúmeros fatores tem balizado as pesquisas sobre mobilidade do trabalho a partir de suas manifestações endógenas e exógenas. Em nossa reflexão destacamos os movimentos pendulares praticados por professores e alunos do ensino superior em uma cidade do interior situação no Sertão Central nordestino.

A descentralização do ensino faz parte das políticas públicas educacionais e favorece a desterritorialização do conhecimento. O que se percebe é que as Instituições de Ensino Superior (IES) têm se expandido em diversas direções, sua ação instrucional propicia a produção e reprodução do espaço. Está claro que essa (re) produção do espaço pelas IES ocorre em parceria ou confronto com outros agentes como o comércio, a indústria, os proprietários rurais, enfim, a espaço se produz como resultado de relações de poder e o exercício do poder não é concebível sem territorialidade.

Um exemplo de desenvolvimento substanciado pelos investimentos educacionais é a cidade de Quixadá e seu entorno, deixamos claro, ao longo do artigo que a educação sozinha não é responsável pelo seu desenvolvimento, mas consiste em variável relevante.

A instalação das IES em Quixadá foi realizada a partir de dois critérios seletividade espacial e antecipação e propicia novos fluxos a partir de uma demanda flutuante composta por professores e alunos que aquecem a economia, são agentes de inovação e transformam o espaço vivenciado.

A análise dessa mobilidade nos permite inferências acerca de suas motivações, além de permitir conhecer o impacto que exercem sobre o desenvolvimento político, econômico e social do município.

## Referências

ARAÚJO, Ana Maria matos; SILVA, José Borzacchiolo da. **Espaço metropolitano, mobilidade do capital e da população:** uma revisão teórica. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, p. 21-40, jul./dez., 2005.

ANTICO, Cláudia. **Deslocamentos Pendulares nos Espaços Sub-regionais da Região Metropolitana de São Paulo.** Disponível em [www.abep.nepo.unicamp.br](http://www.abep.nepo.unicamp.br). Acesso em 07/11/2011.

ARAUJO, Tânia B. de. et al. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional:** uma proposta para discussão. In LIMONAD, Ester. HAESBAERT, Rogério e MOREIRA, Ruy (Orgs.). Brasil Século XXI por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Lomonad, 2004.

BECKER, Olga Maria Schild. **Mobilidade espacial da população:** conceitos, tipologia, contextos. In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Explorações geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BAENINGER, R. **Região, MetrÓpole e Interior:** espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes. In: **Textos NEPO 35.** Campinas: UNICAMP, 2000.

CUNHA, Luiz Antonio. **Ensino Superior e Universidade no Brasil.** In LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de Educação no Brasil.** 4ª Ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2010.

DUARTE, Juliana. **No coração do país.** Disponível em <http://revistaensinosuperior.uol.com.br>. Acesso em 22/01/11.

GAUDEMAR, J-P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Tradução: Maria de Rosário Quintela. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GOMES, Fábio Guedes. **Mobilidade do Trabalho e Controle Social:** trabalho e organizações na era neoliberal. Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 17, n. 32, p. 33-49, fev. 2009.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da economia política. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 28ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARONEZE, Luciane Francielli Zorzetti; NOMA, Amélia Kimiko. **A precarização do trabalho no contexto da mundialização do capital.**

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

PERPETUA, Guilherme Marini. **Movimentos pendulares e acumulação do capital.**  
Revista Pegada, Vol. 11, Nº 2, Dez., 2010.

#### **4.1. Sites Visitados**

[www.abep.org.br](http://www.abep.org.br)

[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)